

Empowered lives.
Resilient nations.**DOCUMENTO DE PROJETO****São Tomé e Príncipe****Project Title:** Apoio ao Processo de Planificação e ao Desenvolvimento do Programa de País (CPD) 2017-2021**Project Number:** STP/12/001-2; 00081405; 00103177**Implementing Partner:** Direcção-Geral de Planeamento-MFCEA**Implementing Agents :** Direcção de Política Externa-MNEC; Instituto Nacional de Estatística; Di **Direcção da Descentralização, Assessoria e Apoio às Autarquias****Start Date:** Janeiro 2017 **End Date:** Dezembro 2021 **PAC Meeting date:** 14 de Junho de 2017**Breve descrição**

Este projeto visa apoiar o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe na formulação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021 e reforçar as capacidades da Direcção-geral de Planeamento do MFCEA, da Direcção de Política Externa do MNEC em matéria de planeamento estratégico e de integração dos ODS nos planos, políticas e estratégias nacionais, bem como na coordenação da ajuda pública ao desenvolvimento para uma melhor implementação da Agenda de Transformação de 2030, e na consolidação dos Órgãos do Poder local.

Visa igualmente reforçar as capacidades do Instituto Nacional de Estatística em matéria de recolha, compilação e análise de dados relevantes para os esforços de planificação económica. Neste quadro, o projeto prevê a formação de especialistas em Econometria e Estatística, para a realização de estudos de previsão macroeconómica.

O 3º objetivo é o de sensibilizar e capacitar membros da Assembleia Nacional (deputados e técnicos), eleitos locais, ONG's, empresas privadas e a sociedade civil organizada, de um modo geral, sobre a importância dos recursos naturais e dos ODS para o desenvolvimento do país.

De um modo mais abrangente, através deste projeto, o PNUD prestará apoio técnico, administrativo e logístico ao Governo para a implementação do seu Programa de País 2017-2021 e advogará junto dos parceiros internacionais a favor da mobilização de recursos necessários para a sua implementação e a da Agenda de Transformação 2030.

Contributing Outcome (UNDAF/CPD, RPD or GPD):

1. Resultado 2 do PNUAD 2017-2021;
2. Resultado 2.3 do CPD 2017-2021;
3. Resultados 1, 2, 7 do Plano Estratégico do PNUD

Indicative Output(s):

1. Número de planos, políticas e estratégias que integram ODS - LB (2015): 1 | M (2021): 5
2. Número de instituições públicas reforçadas para a coordenação da ajuda - LB (2015): 1 | M (2021): 5
3. Número de formações em coleta e análise de dados para o Instituto Nacional de Estatística - LB (2015): 0 | M (2021): 15

Total resources required (USD):	1.680.000	
Total resources allocated:	UNDP TRAC:	1.000.000
	Donor:	
	Donor:	
	Government:	
Unfunded:	In-Kind:	680.000

Agreed by (signatures):

Government	UNDP	Implementing Partner
Urbino Botelho Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades 	Zahira Virani Representante Residente 	Wilson Bragança Director Nacional do Planeamento
Date: 17/02/2017	Date: 17/02/2017	Date: 17/02/2017

Índice

I.	Os principais desafios de desenvolvimento do país	3
I.	Estratégia	4
II.	Resultados e parcerias	4
III.	A Gestão do Projeto	8
IV.	Quadro de resultados	10
V.	Monitorização e avaliação	16
VI.	Plano de trabalho plurianual	18
VII.	Arranjos de governação e gestão do projeto	22
VIII.	Contexto Legal e de gestão de Riscos	23
IX.	ANNEXES	23

I. OS PRINCIPAIS DESAFIOS DE DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

A Agenda de Transformação 2030 STP destaca o modo como a persistente falta de capacidade de planificação e execução económica do país desencoraja a mobilização de recursos, o investimento estrangeiro, o desenvolvimento económico e a gestão do processo.

Embora o Índice de Governança Mo Ibrahim de 2015 classificasse o país na 13ª posição entre os 54 países africanos, há necessidade de uma melhor gestão das finanças públicas, o acesso e o envolvimento dos cidadãos a informações e serviços. A ineficaz prestação de serviços públicos e a fraca capacidade operacional das organizações não-governamentais (ONG's) e do sector privado devem-se a instituições nacionais fracas e a uma baixa produtividade da administração pública a todos os níveis. Isto prejudica gravemente o bom funcionamento das funções críticas do Governo e da administração pública. Constata-se também a falta de dados estatísticos relevantes, devido à insuficiente capacidade do Instituto Nacional de Estatística para realizar alguns inquéritos.

Os planos, projetos e programas de desenvolvimento do país são quase exclusivamente dependentes dos recursos financeiros, materiais, humanos e de gestão mobilizados pelas agências das Nações Unidas e de alguns outros parceiros de desenvolvimento, levando as entidades a procurarem uma abordagem mais direta com tais parceiros, particularmente, o PNUD, através do desenvolvimento das suas capacidades.

O país obteve em 2016 um crescimento estimado em 5% do Produto Interno Bruto (PIB), devido ao aumento dos investimentos públicos (financiados pela assistência oficial ao desenvolvimento), à recuperação da produção de cacau e ao investimento direto estrangeiro no sector do turismo. No entanto, STP enfrenta uma série de desafios relacionados com o desempenho económico.

Apesar do crescimento médio do PIB de mais de 4% desde 2012, a pobreza vem aumentando. Cerca de dois terços da população adulta vivem abaixo do limiar de pobreza nacional - 71,3% das mulheres e 63,4% dos homens. O acesso às oportunidades económicas é desigual, como mostram as taxas de desemprego de 19,7% para as mulheres e 9,3% para os homens, e a taxa de atividade económica de 51% para as mulheres e 75% para os homens. A taxa de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos é de 23%, em comparação com a média global de 13% em 2015.

Os números de emprego são baixos devido à fraca diversificação económica. Por exemplo, as exportações de cacau contribuem com 95% de uma balança comercial sempre deficitária. Muitos cidadãos beneficiaram minimamente ou em nada do desenvolvimento do país, e a vulnerabilidade ambiental tem exacerbado a pobreza em certas regiões. A desigual distribuição de renda leva a um crescimento económico variável.

I. ESTRATÉGIA

Para alcançar os objetivos preconizados, no âmbito deste projeto, o PNUD vai apoiar o Governo na formulação de um plano de desenvolvimento que servirá como um plano de ação para a implementação da Agenda de Transformação de STP 2030 e dos ODS, pelo que, para o efeito, um roteiro será estabelecido. Fornecerá também orientações sobre o modo ideal de garantir a sua realização bem-sucedida. O PNUD apoiará tecnicamente a Direção-geral de Planeamento do Ministério da Economia, Finanças e Economia Azul, e a Direção de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, na execução do projeto.

Estes apoios passarão pela capacitação das instituições nacionais superiores de controlo e dos órgãos do poder local em matéria de planeamento estratégico para a coordenação da gestão da eficácia do desenvolvimento, na integração dos ODS nas políticas, programas e projetos nacionais e na dotação de conhecimento e competências dos agentes do poder local para uma melhor coordenação dos processos administrativos nas áreas da sua verificação.

No domínio dos ODS, a abordagem envolverá a integração dos ODS 1, 8, 9,14 e 16, considerados prioritários pelo Governo, no quadro de resultados e recursos. Os objetivos 5 e 10 serão perseguidos de forma transversal. Simultaneamente, o PNUD ajudará o Governo, o Parlamento, os poderes locais, empresas privadas, as ONG's e a sociedade civil organizada, de um modo geral, a consciencializar-se e empenhar-se na melhoria da sensibilização e compreensão pública sobre os ODS e a sua importância para o país.

A estratégia envolve também o reforço da capacidade do Instituto Nacional de Estatística no fornecimento de dados fiáveis, indispensáveis para aumentar o desenvolvimento económico, reduzir a pobreza, melhorar a coesão social e atrair o investimento estrangeiro.

Relativamente ao Poder Local, a estratégia envolverá o reforço de capacidades e apoio institucional à Direcção da Descentralização, Assessoria e Apoio às Autarquias.

II. RESULTADOS E PARCERIAS

Resultados esperados

1. Em 2017, o Governo disporá de um Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e meios essenciais de diálogo e mobilização de recursos para a sua implementação.
2. Terá sido promovido no país diálogo entre os quadros técnicos das instituições públicas, das Organizações da Sociedade Civil, dos Parceiros de Desenvolvimento e das empresas privadas, de forma participativa, no que toca às questões ligadas aos ODS no país.
3. As capacidades da Direção-geral de Planeamento do MEFEA (DGP) e da Direção de Política Externa do MNECC (DPE) estarão reforçadas em matéria de planeamento estratégico e de coordenação da gestão da eficácia do desenvolvimento.

4. As capacidades dos parceiros de implementação estarão reforçadas em matéria de procedimentos e regras de implementação do NiM/NGO.
5. As capacidades dos sectores fundamentais da planificação e gestão macroeconómica (Direção de Planeamento, Direção nacional de Contabilidade, Instituto Nacional de Estatística; Direção do Orçamento serão reforçados em matéria de previsão macroeconómica, através do desenvolvimento de um programa de formação.
6. A capacidade do Instituto Nacional de Estatística (INE) será reforçada em recolha, tratamento e fornecimento de dados fiáveis.
7. As capacidades dos Órgãos do Poder Local serão reforçadas no âmbito institucional e desenvolvimento de capacidades.

Recursos necessários para atingir os resultados esperados

Este projeto requer um investimento total estimado em USD 1.680.000 (um milhão seiscientos e oitenta mil dólares americanos).

Parcerias

A implementação e o sucesso deste projeto dependerão de uma variedade de parceiros, a saber: entidades públicas e privadas nacionais, outras agências dos Sistema das Nações Unidas, ONG's nacionais e internacionais, governos estrangeiros, em especial, governos africanos, mediante esquemas de cooperação triangular e Sul-Sul.

O PNUD e outros parceiros das Nações Unidas apoiarão as instituições públicas e privadas a assegurar que os ODS sejam efetivamente integrados nos planos, políticas e estratégias nacionais. Esse processo aumentará a mobilização de recursos, a coordenação da ajuda, a gestão de diversos fluxos de financiamento externo e a implementação da Agenda de Transformação, levando ao sucesso da consecução dos ODS.

Serão utilizadas várias modalidades de implementação (pelo Governo nacional, pelas ONG e pelo PNUD, ou por combinações destas) para aumentar a eficiência, a flexibilidade das operações e as contribuições eficazes do PNUD para os resultados do desenvolvimento.

O PNUD apoiará o Governo na coordenação dos parceiros, descentralizando a gestão das respostas e ajudando a participação na comunidade de homens e mulheres vulneráveis, o que constitui elemento-chave da estratégia do PNUD em matéria de gestão nacional do desenvolvimento.

Riscos e pressupostos

Dois dos principais riscos que este projeto poderá incorrer são:

(1) O Projecto é potencialmente focalizado para o desenvolvimento das capacidades nacionais em matéria de eficácia do desenvolvimento. O risco está relacionado com o investimento individual dos formandos para o desenvolvimento das suas próprias capacidades, a apropriação institucional para a melhor gestão das ferramentas postas à sua disposição.

Para eliminar ou mitigar este risco, haverá necessidade de ser previamente estabelecida com as instituições intervenientes uma estratégia de saída para assegurar que os beneficiários das ações de reforço de competências institucionais e individuais sejam regularmente monitorados até ao final do projeto.

(2) A falta de recursos financeiros para a realização de parte das atividades cujo financiamento ainda não foi mobilizado pode afetar seriamente o desenvolvimento do projecto.

Para eliminar este risco, o PNUD implementará uma estratégia robusta de mobilização de recursos, e o Governo, através das suas instituições já identificadas (Direções do Tesouro, Orçamento, Planeamento, Política Externa) ou outras a identificar, proporcionará à comunidade dos parceiros de desenvolvimento o rápido intercâmbio, interação directa e a transparência de informação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, através do SISA (Sistema de Informação para o Seguimento e Avaliação) desenvolvido, com apoio do PNUD, de Portugal e da União Europeia para a gestão e coordenação das Ajudas Públicas ao Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

A nível de governação, os riscos significativos do projeto incluem a falta de dados fiáveis em matéria de eficácia de ajuda pública ao desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. O posicionamento oficial do Governo relativamente à unidade que deverá ser responsável pela gestão do SISA e a sua apropriação, uma vez já garantidas as suas funcionalidades, atenuariam sobremaneira estes riscos.

A falta dessas estruturas eficazes de responsabilização pode comprometer a execução deste projeto. Para mitigar este risco, o documento do Programa de País, que descreve as contribuições do PNUD para os resultados nacionais 2017-2021, servirá como a principal unidade de prestação de contas ao Conselho de Administração com relação ao alinhamento dos resultados e aos recursos atribuídos ao projeto. As responsabilidades na gestão do projecto estão prescritas nas políticas e procedimentos de programas e operações do PNUD e nas estruturas de controlo interno.

Engajamento das partes interessadas

Da parte nacional, os principais intervenientes deste projeto são, nomeadamente, a Direção-geral de Planeamento do MEFEA, a Direção de Política Externa do MNECC, o Instituto Nacional de Estatística e outros similares. Há também o concurso do Parlamento, dos poderes locais e regional, das ONG's e da Sociedade Civil organizada, bem como empresas privadas. Grupos marginalizados ou vulneráveis, sobretudo, mulheres, raparigas e rapazes, e os mais afetados pela pobreza e desemprego, serão directa ou indirectamente abrangidos.

Através do reforço das capacidades das instituições, o PNUD apoiará o Estado no processo de planificação estratégica de políticas e programas de desenvolvimento, o que passará pela preparação e formulação de um programa de formação das instituições implicadas.

Para um maior engajamento dos intervenientes, serão realizadas ações de monitoramento, vinculadas aos mecanismos estabelecidos pelo Governo para monitorar a Agenda de Transformação de 2030 e os resultados do PNUAD. A participação ativa de todas as partes interessadas será reforçada através de visitas de terreno conjuntas, revisões trimestrais e anuais do projeto, reuniões periódicas sobre os resultados com o Comité de Pilotagem e grupos técnicos. Isto incentivará a apropriação conjunta do projeto por todos os parceiros e partes interessadas.

Cooperação Sul-Sul e Triangular (SSC/TrC)

Para realizar com êxito os objetivos do projeto, o escritório do PNUD no país contará com o apoio do Centro Regional de Serviços para África (Adis Abeba) para partilhar conhecimentos sobre experiências semelhantes e lições aprendidas. Esta abordagem fará parte de um triângulo envolvendo a cooperação Sul-Sul com outros países parceiros. Determinadas atividades serão concebidas e implementadas através da programação conjunta com agências irmãs das Nações Unidas e em sinergia com outros parceiros e com o Governo.

Conhecimento

O PNUD ajudará na coleta e processamento de dados. Com base em indicadores de referência e metas desagregadas por género, idade e região, conforme definido no quadro de resultados e recursos. Estes dados serão extraídos de fontes globais e nacionais, tais como inquéritos às famílias e análises temáticas. Essas informações facilitarão a elaboração de relatórios nacionais sobre desenvolvimento humano sustentável, relacionados com questões específicas do país e dos ODS. Tal acontecerá nomeadamente através da funcionalidade do sistema de informação de Seguimento da Ajuda (SISA), da colaboração com instituições de investigação, grupos da sociedade civil e ONG's. Esta abordagem serviria de respostas à falta de confiabilidade dos dados estatísticos, facilitando o desenvolvimento económico e social, o fluxo de investimentos estrangeiros e o planeamento e a implementação de processos de descentralização. Também melhoraria a prestação de contas e a transparência da Administração Pública.

Sustentabilidade e replicação

Este projeto será implementado com o apoio do PNUD e dos parceiros, com responsabilidades partilhadas ao mais alto nível entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades?? e o PNUD. Serão utilizadas modalidades de implementação (pelo Governo Nacional, por ONG's e pelo PNUD, ou por combinações destes) para aumentar a eficiência, a flexibilidade das operações e as contribuições eficazes do PNUD para os resultados do desenvolvimento.

O parceiro de implementação e os Agentes de execução foram selecionados para assegurar a sustentabilidade e com base nas vantagens comparativas e nas avaliações de capacidade. O PNUD prestar-lhes-á o apoio necessário para o reforço das suas capacidades.

Procedimentos rápidos irão fornecer uma resposta à gestão eficaz do projecto. A abordagem harmonizada das transferências de fundo (HACT) para os parceiros de implementação já é uma realidade no país, razão pela qual o PNUD, conjuntamente com outras agências do SNU, continuará a apoiar os parceiros na implementação e execução nacional do projecto de desenvolvimento a implementarem o Plano de segurança estabelecido no âmbito das recomendações da micro-avaliação HACT de 2015.

III. A GESTÃO DO PROJETO

Eficiência de custo e eficácia

A estratégia que o PNUD implementará no âmbito deste projeto baseia-se na sua longa experiência no apoio ao desenvolvimento do país, nos bons resultados alcançados e nas lições aprendidas. Nesses moldes, é passível de gerar os melhores resultados possíveis, mediante o estabelecimento de um mecanismo eficaz de gestão das ajudas, baseando-se nas estratégias atuais de mobilização de recursos. Isto criará um ambiente positivo de investimento, aumentando as oportunidades económicas potenciais e apoiando pessoas vulneráveis.

A avaliação dos resultados do desenvolvimento (ADR) de 2015 revelou que o PNUD fez contribuições significativas nas três principais áreas de intervenção, tendo alcançado todos os objetivos preconizados no domínio de apoio ao Governo para a mobilização de recursos, gestão e coordenação das ajudas. O PNUD demonstrou vantagens comparativas nos seguintes domínios: (a) fortalecimento da capacidade institucional; (b) integração dos ODS como princípio orientador na definição e implementação de projetos/programas; (c) construção de parcerias; e (d) facilitação da cooperação Sul-Sul.

Ainda de acordo com o ADR de 2015, o PNUD é visto como um respeitado parceiro de desenvolvimento, assim considerado pela sua significativa experiência no apoio ao desenvolvimento social, económico e político do país, na advocacia aos ODM e nas contribuições para o planeamento estratégico. Isto permitiu a STP atingir três dos oito ODM. O PNUD contribuiu na elaboração dos documentos de estratégia para a redução da pobreza, bem como na elaboração da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP-II) e do Plano de Ação (2013-2016), aprovados pelos parceiros internacionais do país.

O Governo solicitou ao PNUD que o apoiasse na mobilização do Banco Africano de Desenvolvimento, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia para participarem na formulação da Agenda de Transformação 2030 do país, com o objetivo de mobilizar recursos junto dos investidores privados. Embora vários parceiros externos tenham manifestado interesse em apoiar a Agenda, existem atualmente apenas algumas ações conjuntas de implementação que envolvem o PNUD e outras agências das Nações Unidas na implementação do Plano-quadro das Nações Unidas de Assistência ao Desenvolvimento (PNUAD) 2017-2021.

O PNUD desenvolveu parcerias com agências irmãs das Nações Unidas, doadores, departamentos governamentais e grupos da sociedade civil. Existem complementaridades entre as intervenções do PNUD, do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. O PNUD colaborou com o Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos e o UNFPA na compilação do primeiro relatório de São Tomé e Príncipe ao Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres.

A gestão do projeto

Tendo o objetivo de desenvolver atividades de apoio ao processo de planificação e ao desenvolvimento do CPD 2017-2021, conforme acima detalhado, os esforços de gestão deste projeto incluirão a contratação de equipa técnica e serviços de apoio, a realização de visitas técnicas e missões de monitoramento, intercâmbio e capacitação pela equipa do PNUD.

O projeto será executado a nível nacional para assegurar a apropriação, a liderança e a responsabilização nacional. O PNUD prestará apoio orientado para ajudar o país a alcançar os seus objetivos de desenvolvimento. O monitoramento do projeto será vinculado aos mecanismos estabelecidos pelo Governo para monitorar a Agenda de Transformação de 2030 e os resultados do CPD 2017-2021. Este objetivo visa reforçar o envolvimento das partes interessadas através de visitas de terreno conjuntas, das revisões trimestrais e anuais sobre os resultados, pelos grupos técnicos e o Comité de pilotagem.

Os mecanismos de monitoramento serão baseados em relatórios trimestrais e revisões anuais. Por conseguinte, será essencial apoiar o Instituto Nacional de Estatística na melhoria da qualidade dos seus dados, a fim de assegurar um acompanhamento mais eficaz dos indicadores. Reuniões de revisão (interna e externa) com as principais partes interessadas, incluindo as Organizações da Sociedade Civil, serão realizadas anualmente como parte do processo de monitoramento. O principal objetivo destas revisões será avaliar o progresso, o desempenho e os riscos e identificar desafios e soluções.

O PNUD estabelecerá parcerias para planear, coordenar e administrar as atividades de monitoramento e avaliação. As avaliações de projetos foram identificadas e serão conduzidas conforme planeado. O escritório do PNUD no país não tem um especialista em monitoramento e avaliação em tempo integral, mas está considerando a criação de uma unidade de monitoramento e avaliação para melhorar a prestação de contas. Os indicadores de género do PNUD serão utilizados para monitorizar as despesas relacionadas com o género no programa do país e melhorar o planeamento e a tomada de decisões. O custo dos mecanismos de monitoramento e avaliação está estimado em cerca de 5% do orçamento do projeto.

IV. QUADRO DE RESULTADOS

Resultado pretendido, conforme indicado na Estrutura de Resultados e Recursos do PNUAD/Pais:

A administração pública central e local, e instituições de controle são mais eficientes, com uma participação garantida do cidadão, especialmente dos jovens e das mulheres.

Indicadores de resultados indicados no Quadro de Resultados e Recursos do Programa de Pais, incluindo as linhas de base e as metas:

1. Número de planos, políticas e estratégias que integram ODS - LB (2015): 1 | M (2021): 5
2. Número de instituições públicas reforçadas para a coordenação da ajuda - LB (2015): 1 | M (2021): 5
3. Número de formações em coleta e análise de dados para o Instituto Nacional de Estatística - LB (2015): 0 | M (2021): 15

Resultado (s) aplicável (eis) do Plano Estratégico do PNUD:

1. O crescimento e o desenvolvimento são inclusivos e sustentáveis, incorporando capacidades produtivas que criam emprego e meios de subsistência para os pobres e excluídos;
2. As expectativas dos cidadãos em matéria de voz, desenvolvimento, Estado de Direito e responsabilização são satisfeitas por sistemas mais sólidos de governação democrática;
3. Os debates e ações de desenvolvimento em todos os níveis priorizam a pobreza, a desigualdade e a exclusão, de acordo com os nossos princípios de engajamento.

Título do projeto e número do projeto Atlas:

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	FONTE DE DADOS	LINHA DE BASE		META (por frequência de recolha de dados)					MÉTODOS E RISCOS DE COLETA DE DADOS	
			Valor	Ano	2017	2018	2019	2020	2021		FINAL
1. O Governo dispõe de um Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	Nombre de réunions et d'ateliers réalisés dans le cadre de la formulation du PND	- Relatório da Direção-geral de Planificação do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul	0	2016	1					1	Entrevistas, visitas ao terreno, pesquisa documental, informação estatística. Eventuais riscos: limitada capacidade institucional, escassez de dados estatísticos e/ou limitada capacidade financeira do Estado para investimentos de grande envergadura, bem como limitada capacidade do Estado de atrair investimentos de grande valor, devido, não só a falta de capacidade institucional e transparência na gestão como a limitação do mercado interno e uma série de outros constrangimentos derivados da insularidade e pequeno tamanho do país.

Resultado pretendido, conforme indicado na Estrutura de Resultados e Recursos do PNUAD/País: A administração pública central e local, e instituições de controlo são mais eficientes, com uma participação garantida do cidadão, especialmente dos jovens e das mulheres.													
Indicadores de resultados indicados no Quadro de Resultados e Recursos do Programa de País, incluindo as linhas de base e as metas:													
1. Número de planos, políticas e estratégias que integram ODS - LB (2015): 1 M (2021): 5													
2. Número de instituições públicas reforçadas para a coordenação da ajuda - LB (2015): 1 M (2021): 5													
3. Número de formações em coleta e análise de dados para o Instituto Nacional de Estatística - LB (2015): 0 M (2021): 15													
Resultado (s) aplicável (eis) do Plano Estratégico do PNUD:													
1. O crescimento e o desenvolvimento são inclusivos e sustentáveis, incorporando capacidades produtivas que criam emprego e meios de subsistência para os pobres e excluídos;													
2. As expectativas dos cidadãos em matéria de voz, desenvolvimento, Estado de Direito e responsabilização são satisfeitas por sistemas mais sólidos de governação democrática;													
3. Os debates e ações de desenvolvimento em todos os níveis priorizam a pobreza, a desigualdade e a exclusão, de acordo com os nossos princípios de engajamento.													
Título do projeto e número do projeto Atlas:													
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	FONTE DE DADOS	LINHA DE BASE		META (por frequência de recolha de dados)						MÉTODOS E RISCOS DE COLETA DE DADOS		
			Valor	Ano	2017	2018	2019	2020	2021	FINAL			
2. Diálogo entre os quadros técnicos das instituições públicas, das Organizações da Sociedade Civil, dos Parceiros de Desenvolvimento e das empresas	PND elaborado e aprovado	- Diário da República; - Diário da Assembleia Nacional.	0	2017	1							Eventuais riscos: limitada capacidade institucional, escassez de dados estatísticos e/ou limitada capacidade financeira do Estado para investimentos de grande envergadura, bem como limitada capacidade do Estado de atrair investimentos de grande valor, devido, não só à falta de capacidade institucional e transparência na gestão como à limitação do mercado interno e uma série de outros constrangimentos derivados da insularidade e pequeno tamanho do país.	
Número de iniciativas sobre a integração dos ODS nos planos, estratégias e políticas nacionais e sectoriais	Grau de implementação do PND	- Relatório de avaliação a meio-percurso da implementação do PND - Relatório de avaliação final da implementação do PND	0	2017					1				A não disponibilidade dos parlamentares em acolher essas iniciativas para que as legislações a serem aprovadas pela Assembleia Nacional possam tomar em conta estas iniciativas
Número de instituições representadas	Número de participantes	-Relatórios/atas de reuniões -Comunicados de imprensa -Reportagens dos órgãos de comunicação social	2	2016									
Número de participantes do sexo feminino	Número de iniciativas sobre a integração dos ODS nos planos, estratégias e políticas nacionais e sectoriais	-Relatórios/atas de reuniões -Comunicados de imprensa -Reportagens dos órgãos de comunicação social	2	2016									

Resultado pretendido, conforme indicado na Estrutura de Resultados e Recursos do PNUAD/Pais:														
A administração pública central e local, e instituições de controlo são mais eficientes, com uma participação garantida do cidadão, especialmente dos jovens e das mulheres.														
Indicadores de resultados indicados no Quadro de Resultados e Recursos do Programa de País, incluindo as linhas de base e as metas:														
1. Número de planos, políticas e estratégias que integram ODS - LB (2015): 1 M (2021): 5														
2. Número de instituições públicas reforçadas para a coordenação da ajuda - LB (2015): 1 M (2021): 5														
3. Número de formações em coleta e análise de dados para o Instituto Nacional de Estatística - LB (2015): 0 M (2021): 15														
Resultado (s) aplicável (eis) do Plano Estratégico do PNUD:														
1. O crescimento e o desenvolvimento são inclusivos e sustentáveis, incorporando capacidades produtivas que criam emprego e meios de subsistência para os pobres e excluídos;														
2. As expectativas dos cidadãos em matéria de voz, desenvolvimento, Estado de Direito e responsabilização são satisfeitas por sistemas mais sólidos de governação democrática;														
3. Os debates e ações de desenvolvimento em todos os níveis priorizam a pobreza, a desigualdade e a exclusão, de acordo com os nossos princípios de engajamento.														
Título do projeto e número do projeto Atlas:														
RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	FONTE DE DADOS	LINHA DE BASE		META (por frequência de recolha de dados)						MÉTODOS E RISCOS DE COLETA DE DADOS			
			Valor	Ano	2017	2018	2019	2020	2021	FINAL				
privadas é promovido de forma participativa no que toca as questões ligadas aos ODS e ao Desenvolvimento Humano no país.	Número de participantes do sexo masculino			2016										
	Relatórios Nacionais de Desenvolvimento Humano (RNDH) elaborados	Relatório RNDH 2018 Relatório RNDH 2021		2016	0	1	0	0	0	1	2			Sensibilidade dos representantes dos parceiros de execução em conduzir o processo de auscultação para a escolha dos temas do RNDH
	Grau de conhecimento dos ODS au nível das instituições académicas e outras	Número de instituições representadas Número de participantes Número de participantes do sexo feminino Número de participantes do sexo masculino		50	2016	60	60	60	60	60	60	60		A não-proactividade das instituições, uma vez concluído os processos de auscultação e de disseminação dos RNDHs
Nombre des réunions de coordination de l'aide entre le Gouvernement, les partenaires de développement nationaux et internationaux		- Relatórios/atas de reuniões - Comunicados de imprensa - Reportagens dos órgãos		2	2016	2	6	8	10	12	12			

Resultado pretendido, conforme indicado na Estrutura de Resultados e Recursos do PNUAD/País:

A administração pública central e local, e instituições de controle são mais eficientes, com uma participação garantida do cidadão, especialmente dos jovens e das mulheres.

Indicadores de resultados indicados no Quadro de Resultados e Recursos do Programa de País, incluindo as linhas de base e as metas:

1. Número de planos, políticas e estratégias que integram ODS - LB (2015): 1 | M (2021): 5
2. Número de instituições públicas reforçadas para a coordenação da ajuda - LB (2015): 1 | M (2021): 5
3. Número de formações em coleta e análise de dados para o Instituto Nacional de Estatística - LB (2015): 0 | M (2021): 15

Resultado (s) aplicável (eis) do Plano Estratégico do PNUD:

1. O crescimento e o desenvolvimento são inclusivos e sustentáveis, incorporando capacidades produtivas que criam emprego e meios de subsistência para os pobres e excluídos;
2. As expectativas dos cidadãos em matéria de voz, desenvolvimento, Estado de Direito e responsabilização são satisfeitas por sistemas mais sólidos de governação democrática;
3. Os debates e ações de desenvolvimento em todos os níveis priorizam a pobreza, a desigualdade e a exclusão, de acordo com os nossos princípios de engajamento.

Título do projeto e número do projeto Atlas:

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	FONTE DE DADOS	LINHA DE BASE		META (por frequência de recolha de dados)					MÉTODOS E RISCOS DE COLETA DE DADOS		
			Valor	Ano	2017	2018	2019	2020	2021		FINAL	
		de comunicação social										
	Seminário de formação aos deputados e técnicos da Assembleia Nacional sobre a importância dos recursos naturais e dos ODS para o desenvolvimento do país realizado	- Relatório do evento - Comunicados de imprensa - Reportagens dos órgãos de comunicação social	0	2016	1						1	A não disponibilidade dos parlamentares em acolher essas iniciativas para que as legislações a serem aprovadas pela Assembleia Nacional possam tomar em contas estas iniciativas
	Sessão de apresentação dos RNDH's 2017-2021 realizadas	-Relatórios do evento - Comunicados de imprensa - Reportagens dos órgãos de comunicação social	1	2016	1	3	3	4	4	4	4	NIL
3. Apoio à implementação da estratégia de saída em matéria de seguimento da APD.	Grau de utilização do SISA pelos parceiros nacionais e pela comunidade dos doadores	- Relatório da Direção-geral de planeamento - Relatórios de implementação/avaliação final do projeto	0	2017						1	1	A não apropriação das autoridades do SISA desenvolvido e testado, tanto no que concerne a instituição encarregue da gestão do software, como na utilização pela comunidade dos doadores das ferramentas do novo SISA

Resultado pretendido, conforme indicado na Estrutura de Resultados e Recursos do PNUAD/País:

A administração pública central e local, e instituições de controle são mais eficientes, com uma participação garantida do cidadão, especialmente dos jovens e das mulheres.

Indicadores de resultados indicados no Quadro de Resultados e Recursos do Programa de País, incluindo as linhas de base e as metas:

1. Número de planos, políticas e estratégias que integram ODS - LB (2015): 1 | M (2021): 5
2. Número de instituições públicas reforçadas para a coordenação da ajuda - LB (2015): 1 | M (2021): 5
3. Número de formações em coleta e análise de dados para o Instituto Nacional de Estatística - LB (2015): 0 | M (2021): 15

Resultado (s) aplicável (eis) do Plano Estratégico do PNUD:

1. O crescimento e o desenvolvimento são inclusivos e sustentáveis, incorporando capacidades produtivas que criam emprego e meios de subsistência para os pobres e excluídos;
2. As expectativas dos cidadãos em matéria de voz, desenvolvimento, Estado de Direito e responsabilização são satisfeitas por sistemas mais sólidos de governação democrática;
3. Os debates e ações de desenvolvimento em todos os níveis priorizam a pobreza, a desigualdade e a exclusão, de acordo com os nossos princípios de engajamento.

Título do projeto e número do projeto Atlas:

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	FONTE DE DADOS	LINHA DE BASE		META (por frequência de recolha de dados)					MÉTODOS E RISCOS DE COLETA DE DADOS	
			Valor	Ano	2017	2018	2019	2020	2021		FINAL
4. Capacidades da Direção-geral de Planeamento do MEFEA (DGP) são reforçadas em matéria de previsão económica; as da Direção de Política Externa do MNECC (DPE) e das Organizações da Sociedade civil (OSC) são reforçadas em matéria de coordenação da gestão da eficácia do desenvolvimento e as do Poder Local são reforçadas no âmbito da consolidação das instituições do Poder Local	Grau de implementação dos relatórios da implementação do Plano d'Ação de África sobre a eficácia do desenvolvimento	- Atas/Comunicados do Conselho de Ministros	0	2016	0	1	1	1	1	1	1
	Número de projetos e documentos estratégicos de desenvolvimento que integram os ODS elaborados	-Relatórios da DGP -Orçamento Geral do Estado -Documentos de projeto	0	2016	0	2	2	2	2	2	2
	Relatórios de seguimento da implementação do PND produzidos	- Relatórios da DGP - Registos da Assembleia Nacional - Registos/Relatórios do Conselho de Ministros	0	2016	0	1	1	2	2	2	2
	Retiro dos parceiros de implementação para a avaliação final do CPD realizado	-Relatório do evento; -Comunicados de imprensa -Reportagens dos órgãos de comunicação social	1	2016	1	1	1	2	2	2	2
Planos M&E dos PTA 2017-2021 elaborados	- Documentos dos Planos; - Relatórios de avaliação;	0	2016	1	2	2	3	3	3	3	
Relatórios anuais dos projetos do CPD elaborados e aprovados	Relatórios aprovados/divulgados	0	2016	1	2	3	4	5	5	5	
Temas dos RNDH's 2017-2021 selecionados	- Relatório do evento; - Comunicados de imprensa;	0	2016	0	1	1	2	2	2	2	

Resultado pretendido, conforme indicado na Estrutura de Resultados e Recursos do PNUAD/Pais:

A administração pública central e local, e instituições de controlo são mais eficientes, com uma participação garantida do cidadão, especialmente dos jovens e das mulheres.

Indicadores de resultados indicados no Quadro de Resultados e Recursos do Programa de Pais, incluindo as linhas de base e as metas:

1. Número de planos, políticas e estratégias que integram ODS - LB (2015): 1 | M (2021): 5
2. Número de instituições públicas reforçadas para a coordenação da ajuda - LB (2015): 1 | M (2021): 5
3. Número de formações em coleta e análise de dados para o Instituto Nacional de Estatística - LB (2015): 0 | M (2021): 15

Resultado (s) aplicável (eis) do Plano Estratégico do PNUD:

1. O crescimento e o desenvolvimento são inclusivos e sustentáveis, incorporando capacidades produtivas que criam emprego e meios de subsistência para os pobres e excluídos;
2. As expectativas dos cidadãos em matéria de voz, desenvolvimento, Estado de Direito e responsabilização são satisfeitas por sistemas mais sólidos de governação democrática;
3. Os debates e ações de desenvolvimento em todos os níveis priorizam a pobreza, a desigualdade e a exclusão, de acordo com os nossos princípios de engajamento.

Título do projeto e número do projeto Atlas:

RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES DE RESULTADO	FONTE DE DADOS	LINHA DE BASE		META (por frequência de recolha de dados)					MÉTODOS E RISCOS DE COLETA DE DADOS		
			Valor	Ano	2017	2018	2019	2020	2021		FINAL	
6. Capacidade do Instituto Nacional de Estatística (INE) reforçada em matéria de recolha e análise de dados estatísticos	Nº de Relatórios de conta das Autarquias que respeitam os padrões instaurados pelo Tribunal de Contas	- Reportagens da Comunicação social Relatórios remetidos e avaliados pela Direção da descentralização, assessoria e apoio às autarquias.	0	2016	4	5	6	6	6	6	6	
	Número de especialistas formados em econometria ou áreas afins	- Planos anuais de trabalho - Plano Estratégico do INE - Relatório de contas administrativos	0	2016	0	25	25	25	25	25	25	
Número de estudos de previsão macroeconómica realizados		Relatórios/publicações do INE	0	2016	0	1	1	1	1	2	2	

*Limitado número e limitada qualidade dos técnicos do INE, sobretudo no domínio da previsão macroeconómica.
Longo prazo necessário e altos custos de formação de especialistas nos domínios especificados.
A não-efectiva disponibilidade dos técnicos para o total período da formação*

V. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

De acordo com as políticas e procedimentos de programação do PNUD, o projeto será monitorado através dos seguintes planos de monitoramento e avaliação:

Plano de monitorização

Atividade de monitorização	Objetivo	Frequência	Ação esperada	Parceiros (se conjunta)	Custo (se algum)
Acompanhar o progresso dos resultados	Os dados de progresso em relação aos indicadores de resultados no RRF serão recolhidos e analisados para avaliar o progresso do projeto na consecução dos resultados acordados.	Trimestralmente	Um progresso menor do que o esperado será tratado pela gestão do projeto		
Monitorizar e gerir riscos	Identificar riscos específicos que podem ameaçar a consecução dos resultados pretendidos. Identificar e monitorar ações de gestão de risco usando um log de risco. Isso inclui medidas de monitoramento e planos que podem ter sido necessários de acordo com as Normas Sociais e Ambientais do PNUD. As auditorias serão conduzidas de acordo com a política de auditoria do PNUD para gerir o risco financeiro.	Trimestralmente	Os riscos são identificados pela gestão do projeto e são tomadas medidas para os gerir. O registo de risco é mantido ativamente para acompanhar os riscos identificados e as ações tomadas.		
Aprender	Conhecimentos, boas práticas e lições serão capturados regularmente, e informações ativamente provenientes de outros projetos e parceiros serão integrados de volta para o projeto.	Pelo menos anualmente	As lições relevantes são capturadas pela equipa do projeto e usadas para informar as decisões da gestão.		
Garantia de Qualidade do Projeto Anual	A qualidade do projeto será avaliada de acordo com os padrões de qualidade do PNUD para identificar os seus pontos fortes e fracos e informar as tomadas de decisão de gestão para melhorar o mesmo.	Anualmente	Áreas de força e fraqueza serão analisadas pela gestão de projetos e usadas para informar as decisões de melhoria de desempenho do projeto.		65.125 (PNUD)
Rever e fazer correções de curso	Revisão interna dos dados e evidências de todas as ações de monitoramento para informar a tomada de decisão.	Anualmente	Os dados de desempenho, os riscos, as lições e a qualidade serão discutidos pelo conselho do projeto e usados para fazer correções do curso.		
Relatório de projeto	Um relatório de progresso será apresentado ao Conselho do Projeto e às principais partes interessadas, consistindo de dados de progresso, confrontando os resultados alcançados com as metas anuais pré-definidas no nível de produção, o resumo anual de avaliação de qualidade do projeto, um registo de risco atualizado com medidas de mitigação e relatórios de avaliação ou de revisão elaborados ao longo do período.	Anualmente e no final do projeto (relatório final)			
Revisão do Projeto (Conselho do Projeto)	O mecanismo de governação do projeto (ou seja, o Conselho do Projeto) realizará revisões regulares do	Anualmente	Quaisquer preocupações de qualidade, ou progresso mais lento do que o		

	projeto para avaliar o desempenho do projeto e rever o Plano de Trabalho Plurianual para assegurar um orçamento realista ao longo da vida do projeto. No último ano do projeto, o Comitê de Pilotagem do Projeto deverá realizar uma revisão do fim do projeto para capturar as lições aprendidas e discutir oportunidades para ampliar e socializar os resultados dos projetos e lições aprendidas com públicos relevantes.		esperado, devem ser discutidas pelo conselho do projeto e as ações de gestão acordadas para tratar das questões identificadas.	
--	--	--	--	--

Plano de avaliação

Título da avaliação	Parceiros (se conjunta)	Resultado do Plano Estratégico Relacionado	Efeito do PNUAD/CPD	Data prevista de conclusão	Principais participantes da avaliação	Custo e fonte de financiamento
Avaliação a meio-percurso		<p>1. O crescimento e o desenvolvimento são inclusivos e sustentáveis, incorporando capacidades produtivas que criam emprego e meios de subsistência para os pobres e excluídos;</p> <p>2. As expectativas dos cidadãos em matéria de voz, desenvolvimento, Estado de Direito e responsabilização são satisfeitas por sistemas mais sólidos de governação democrática;</p> <p>3. Os debates e ações de desenvolvimento em todos os níveis priorizam a pobreza, a desigualdade e a exclusão, de acordo com os nossos princípios de engajamento.</p>	A administração pública central e local, e instituições de controlo são mais eficientes, com uma participação garantida do cidadão, especialmente dos jovens e das mulheres.	Dezembro/2019		27.875 (PNUD)
Avaliação final				Dezembro/2021	PNUD, DGP, Assembleia Nacional, Assembleias locais, DPE, FONG	27.875 (PNUD)

VI. PLANO DE TRABALHO PLURIANUAL

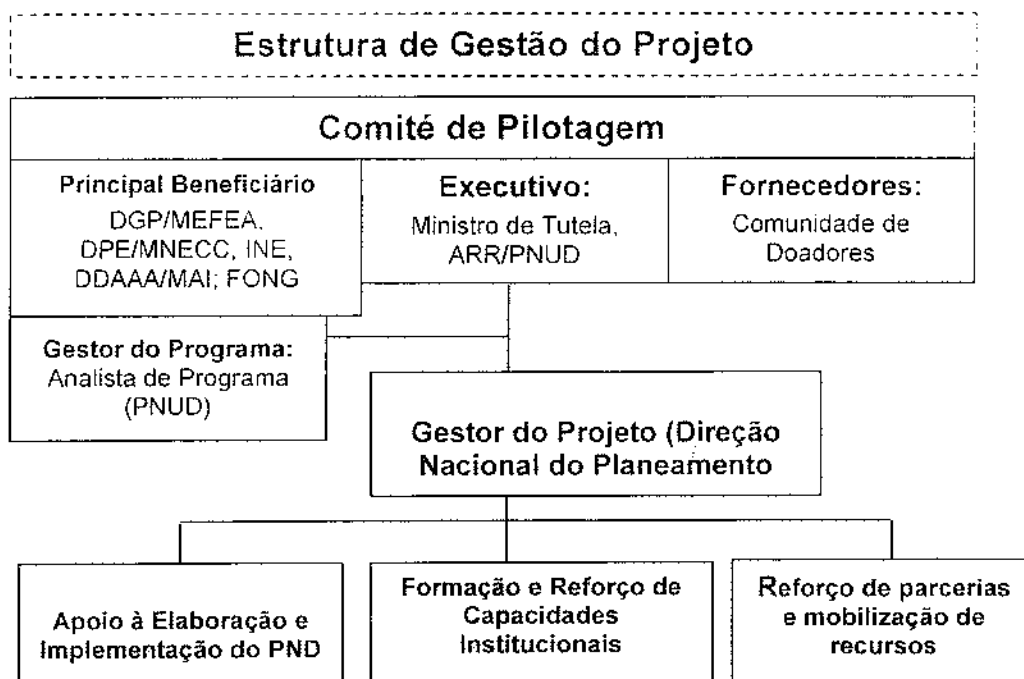
RESULTADOS ESPERADOS	ATIVIDADES PLANEADAS	Atividades planeadas por ano e custos previstos (USD \$)					Parte responsável	ORÇAMENTO PLANEADO		
		2017	2018	2019	2020	2021		Fonte de financiamento	Descrição do orçamento	Montante (USD \$)
1. O Governo dispõe de um Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).	Apoio à realização de um estudo de levantamento de requisitos e elaboração de um roteiro para a elaboração do PND						PNUD			
	Seminário de validação do estudo e do roteiro						PNUD DGP/MEFEA DPE/MNECC			
	Apoio à elaboração do PND						PNUD			
	Seminário de validação do PND						PNUD DGP/MEFEA DPE/MNECC			
	Apoio à implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento						PNUD			
	Monitorização						PNUD			
	Sub-total para o Resultado / Ano		2017	2018	2019	2020	2021	PNUD		90.000
			50.000	10.000	10.000	10.000	10.000			
	2. Diálogo entre os quadros técnicos das instituições públicas, das Organizações da Sociedade Civil, dos Parceiros de Desenvolvimento e das empresas privadas é promovido de forma	Reuniões temáticas de coordenação entre o Governo, a Comunidade dos parceiros de desenvolvimento e as OSC								
		Diligências para o diálogo participativo em matéria da problemática de Desenvolvimento Sustentável								

	Seguimento da implementação do Plano d'Ação de África sobre a eficácia do desenvolvimento e dos eventos										Subtotal para o Resultado			
											2017	2018	2019	2020
4. Capacidades da Direção-geral de Planeamento do MEFEA (DGP), da Direção de Política Externa do MNECC (DPE) e da Direção da Descentralização, Assessoria e Apoio às Autarquias (DDAAA) reforçadas em matéria de planeamento estratégico e de coordenação da gestão da eficácia do desenvolvimento	Apelo institucional para o reforço de competências da DGP e da DPE em matéria de integração dos ODS nas estratégias e políticas de desenvolvimento													
	Apelo técnico, administrativo e logístico do PNUD à implementação do CPD													
	Monitorização													
	Subtotal para o Resultado												535.000	
5. Capacidades dos parceiros de implementação reforçadas em matéria de procedimentos e regras de implementação do NIM/NGO	Organização do retiro dos parceiros de implementação para a avaliação final do CPD													
	Realização da Conferência de parceiros para a apresentação do PND													
	Apelo à formulação e monitorização dos planos M&E dos PTC 2017-2021 e dos relatórios anuais do CPD pela equipa dos formadores NIM/NGO													
	Avaliação tripartida trimestral (parceiros de implementação/beneficiários/PNUD) dos PTC anuais													
	Monitorização													
	Subtotal para o Resultado													45.000
6. Capacidade do Instituto Nacional de Estatística (INE)	Apelo à formação de estatísticos e econométricos para o INE													

reforçada em matéria de previsão macroeconômica	Apelo institucional ao INE para a realização de estudos anuais de previsão macroeconômica	Monitorização					2020	2021	PNUD	145.000
		2017	2018	2019	2020	2021				
	Subtotal para o Resultado	85.000	20.000	20.000	20.000	20.000	0			
	Avaliação	0	10.000	20.000	20.000	20.000	0			50.000
	Diversos	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000			25.000
TOTAL										
1.000.000										

VII. ARRANJOS DE GOVERNAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO

O projeto será executado pelo PNUD e gerido por um oficial contratado, que será responsável pelo projeto (Gestor do Projeto), subordinado a um Comité de Pilotagem, conforme o organigrama a seguir:



VIII. CONTEXTO LEGAL E DE GESTÃO DE RISCOS

CONTEXTO LEGAL

Este documento de projeto será o instrumento mencionado como tal no artigo 1, parágrafo 1, do acordo de assistência entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, acordo assinado entre as partes, em 26 de março de 1976, e aprovado pela Assembleia Popular, em dezembro de 1976.

RISK MANAGEMENT STANDARD CLAUSES

IX. ANEXOS

1. Social and Environmental Screening

ANEXO 1: SOCIAL AND ENVIRONMENTAL SCREENING

Informações do projeto

Informações do Projeto	
1. Título do Projeto	Apoio ao Processo de Planificação e ao Desenvolvimento do Programa de País (CPD) 2017-2021
2. Número do Projeto	STP/12/001-2; 00081405; 00103177
3. Localização do Projeto	São Tomé e Príncipe

Parte A. Integração de Princípios Globais para Fortalecer a Sustentabilidade Social e Ambiental

QUESTÃO 1: Como é que o Projeto integra os Princípios Globais para Fortalecer a Sustentabilidade Social e Ambiental?

Breve descrição do modo como o Projeto articula os direitos humanos

O respeito pelos princípios dos direitos humanos é observável em todo o projeto e as atividades previstas concorrem para tal, na medida em que um dos resultados pretendidos visa uma participação garantida dos cidadãos, sobretudo, dos mais vulneráveis. No seu conjunto, os produtos esperados concorrem para a realização de três objetivos do Plano Estratégico do PNUD que, por sua vez, concorrem para a garantia dos direitos humanos para todos, nomeadamente:

- O crescimento e o desenvolvimento são inclusivos e sustentáveis, incorporando capacidades produtivas que criam emprego e meios de subsistência para os pobres e excluídos;
- As expectativas dos cidadãos em matéria de voz, desenvolvimento, Estado de Direito e responsabilização são satisfeitas por sistemas mais sólidos de governação democrática;
- Os debates e ações de desenvolvimento em todos os níveis priorizam a pobreza, a desigualdade e a exclusão, de acordo com os nossos princípios de engajamento.

Breve descrição do modo como o Projeto é suscetível de melhorar a igualdade de género e o fortalecimento das mulheres

Um dos pilares fortes deste projeto é a garantia de participação na comunidade de mulheres, em iguais proporções que os homens, em todas as atividades planeadas. As ações de reforço de capacidades e de mobilização dos atores sociais e políticos têm sempre um pendor, ora de reduzir ou eliminar a desigualdade entre os géneros, ora de promover a participação efetiva e ativa das mulheres em todos os esforços de desenvolvimento previstos.

Breve descrição do modo como o Projeto aborda a sustentabilidade ambiental

Com a assistência do PNUD e outros parceiros das Nações Unidas, este projeto assegurará a integração dos ODS nos planos, políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento, o que aumentará a mobilização de recursos, a coordenação da ajuda, a gestão de diversos fluxos de financiamento externo e a implementação da Agenda de Transformação, levando ao sucesso da consecução dos ODS. Isto passará pela capacitação das instituições nacionais superiores de controlo em matéria de planeamento estratégico para a coordenação da gestão da eficácia do desenvolvimento, bem como a integração dos ODS nas políticas, programas e projetos nacionais. A abordagem envolverá a integração dos ODS 1, 5, 8, 10 e 16, considerados prioritários pelo Governo, no quadro de resultados e recursos. Simultaneamente, o PNUD ajudará o Governo, o Parlamento, os poderes locais, empresas privadas, as ONG's e a sociedade civil organizada, de um modo geral, a consciencializar-se e empenhar-se na melhoria da sensibilização e compreensão pública sobre os ODS e a sua importância para o país.

Parte B. Identificação e Gestão dos Riscos Sociais e Ambientais

QUESTÃO 2: Quais são os Potenciais Riscos Sociais e Ambientais?		QUESTÃO 3: Qual é o nível de significado dos potenciais riscos sociais e ambientais?		QUESTÃO 4: Qual é a classificação geral do risco do projeto?	
<i>Descrição do risco</i>	<i>Impacto e Probabilidade (1-5)</i>	<i>Significado (Baixo, Moderado, Alto)</i>	<i>Comentários</i>	<i>Selecionar um:</i>	
<i>Nenhum risco identificado.</i>				<i>Baixo risco</i>	X
				<i>Risco moderado</i>	
				<i>Alto risco</i>	

ANEXO 2: POTENCIAIS RISCOS E MEDIDAS CORRETIVAS PREVISTAS

Tabela 1: potenciais riscos e medidas corretivas previstas

RESULTADOS ESPERADOS	Potenciais riscos	Medidas corretivas
<p>1. O Governo dispõe de um Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e meios essenciais de diálogo e mobilização de recursos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Limitada capacidade institucional do parceiro de implementação 2. Escassez de dados estatísticos 3. Limitada capacidade financeira do Estado para investimentos de grande envergadura 4. Limitada capacidade do Estado para atrair investimentos de grande valor, devido, não só a falta de capacidade institucional e transparência na gestão como a limitação do mercado interno e uma série de outros constrangimentos derivados da insularidade e pequeno tamanho do país. 5. Possíveis atrasos na elaboração e promulgação de leis importantes para reformas planeadas nas áreas de governação, crescimento sustentável e inclusivo, e resiliência, bem como melhoria do clima empresarial e implementação das reformas propostas. 6. A falta de estruturas eficazes de responsabilização. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Previstas ações de reforço de capacidades dos participantes 2. Formação de quadros técnicos especializados para o INE 3. Apoio à realização de estudos e previsão macroeconómica 4. Apoio técnico e advocacia junto a parceiros externos de desenvolvimento para a mobilização de recursos necessários para os esforços de desenvolvimento do país. 5. Ações de reforço do diálogo político eficaz, da transparência na gestão e gestão baseada em resultados. 6. O documento do Programa de País, que descreve as contribuições do PNUD para os resultados nacionais 2017-2021, servirá como a principal unidade de prestação de contas ao Conselho de Administração com relação ao alinhamento dos resultados e aos recursos atribuídos ao projeto. As responsabilidades na gestão do projeto estão prescritas nas políticas e procedimentos de programas e operações do PNUD e nas estruturas de controlo interno.
<p>2. Capacidades da Direção-geral de Planeamento do MEFEA (DGP) e da Direção de Política Externa do MNECC (DPE) reforçadas em matéria de planeamento estratégico e de coordenação da gestão da eficácia do desenvolvimento</p>	<p>Os riscos para a concretização deste resultado estão associados à instabilidade institucional devido à mudança regular de Governo e à falta de recursos humanos tanto em quantidade como em qualidade.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A capacidade e a atitude dos recursos humanos é um elemento chave para o sucesso. 2. É essencial que se possa empregar recursos humanos, tendo em conta a igualdade de género, bem formados e competentes, disponíveis para aprender e motivados para a execução dos objetivos de desenvolvimento do país. 3. Embora se preveja ações de reforço de capacidades, a falta ou insuficiência de recursos comprometeria a execução de atividades relacionadas com este resultado.

RESULTADOS ESPERADOS	Potenciais riscos	Medidas corretivas
<p>3. Capacidades dos parceiros de implementação reforçadas em matéria de procedimentos e regras de implementação do NIM/NGO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Limitada capacidade dos parceiros de implementação em matéria de gestão baseada em resultados 2. Fraco envolvimento ou desconhecimento dos parceiros externos de desenvolvimento do país 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Uma parte do sucesso do PND é dependente do sucesso do reforço das capacidades dos responsáveis, dos parceiros de implementação e parceiros externos de desenvolvimento. 2. Considerando as dificuldades financeiras do Estado, será essencial que todo o processo de definição do PND seja realizado de forma participada, incluindo instituições de cooperação, facilitando assim o processo de mobilização de fundos para a sua implementação.
<p>4. Capacidade do Instituto Nacional de Estatística (INE) reforçada em matéria de previsão macroeconómica</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fragilidade institucional 2. Deficiente estrutura organizacional e de gestão efetiva 3. Limitação de recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e tecnológicos 4. Longos prazos necessários à formação e preparação de quadros técnicos devidamente qualificados e experientes. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio institucional. 2. Apoio à contratação de pessoal externo devidamente qualificado. 3. Apoio à formação de quadros especializados.

2. SESP Check List

ANEXO 3: SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RISK SCREENING CHECKLIST

Checklist Potential Social and Environmental Risks		Answer (Yes/No)
Principles 1: Human Rights		
1.	Could the Project lead to adverse impacts on enjoyment of the human rights (civil, political, economic, social or cultural) of the affected population and particularly of marginalized groups?	no
2.	Is there a likelihood that the Project would have inequitable or discriminatory adverse impacts on affected populations, particularly people living in poverty or marginalized or excluded individuals or groups? ¹	no
3.	Could the Project potentially restrict availability, quality of and access to resources or basic services, in particular to marginalized individuals or groups?	no
4.	Is there a likelihood that the Project would exclude any potentially affected stakeholders, in particular marginalized groups, from fully participating in decisions that may affect them?	no
5.	Is there a risk that duty-bearers do not have the capacity to meet their obligations in the Project?	no
6.	Is there a risk that rights-holders do not have the capacity to claim their rights?	no
7.	Have local communities or individuals, given the opportunity, raised human rights concerns regarding the Project during the stakeholder engagement process?	no
8.	Is there a risk that the Project would exacerbate conflicts among and/or the risk of violence to project-affected communities and individuals?	no
Principle 2: Gender Equality and Women's Empowerment		
1.	Is there a likelihood that the proposed Project would have adverse impacts on gender equality and/or the situation of women and girls?	no
2.	Would the Project potentially reproduce discriminations against women based on gender, especially regarding participation in design and implementation or access to opportunities and benefits?	no
3.	Have women's groups/leaders raised gender equality concerns regarding the Project during the stakeholder engagement process and has this been included in the overall Project proposal and in the risk assessment?	no
4.	Would the Project potentially limit women's ability to use, develop and protect natural resources, taking into account different roles and positions of women and men in accessing environmental goods and services? <i>For example, activities that could lead to natural resources degradation or depletion in communities who depend on these resources for their livelihoods and well being</i>	no
Principle 3: Environmental Sustainability: Screening questions regarding environmental risks are encompassed by the specific Standard-related questions below		
Standard 1: Biodiversity Conservation and Sustainable Natural Resource Management		
1.1	Would the Project potentially cause adverse impacts to habitats (e.g. modified, natural, and critical habitats) and/or ecosystems and ecosystem services?	no

¹ Prohibited grounds of discrimination include race, ethnicity, gender, age, language, disability, sexual orientation, religion, political or other opinion, national or social or geographical origin, property, birth or other status including as an indigenous person or as a member of a minority. References to "women and men" or similar is understood to include women and men, boys and girls, and other groups discriminated against based on their gender identities, such as transgender people and transsexuals.

	<i>For example, through habitat loss, conversion or degradation, fragmentation, hydrological changes</i>	
1.2	Are any Project activities proposed within or adjacent to critical habitats and/or environmentally sensitive areas, including legally protected areas (e.g. nature reserve, national park), areas proposed for protection, or recognized as such by authoritative sources and/or indigenous peoples or local communities?	no
1.3	Does the Project involve changes to the use of lands and resources that may have adverse impacts on habitats, ecosystems, and/or livelihoods? (Note: if restrictions and/or limitations of access to lands would apply, refer to Standard 5)	no
1.4	Would Project activities pose risks to endangered species?	no
1.5	Would the Project pose a risk of introducing invasive alien species?	no
1.6	Does the Project involve harvesting of natural forests, plantation development, or reforestation?	no
1.7	Does the Project involve the production and/or harvesting of fish populations or other aquatic species?	no
1.8	Does the Project involve significant extraction, diversion or containment of surface or ground water? <i>For example, construction of dams, reservoirs, river basin developments, groundwater extraction</i>	no
1.9	Does the Project involve utilization of genetic resources? (e.g. collection and/or harvesting, commercial development)	no
1.10	Would the Project generate potential adverse transboundary or global environmental concerns?	no
1.11	Would the Project result in secondary or consequential development activities which could lead to adverse social and environmental effects, or would it generate cumulative impacts with other known existing or planned activities in the area? <i>For example, a new road through forested lands will generate direct environmental and social impacts (e.g. felling of trees, earthworks, potential relocation of inhabitants). The new road may also facilitate encroachment on lands by illegal settlers or generate unplanned commercial development along the route, potentially in sensitive areas. These are indirect, secondary, or induced impacts that need to be considered. Also, if similar developments in the same forested area are planned, then cumulative impacts of multiple activities (even if not part of the same Project) need to be considered.</i>	no
Standard 2: Climate Change Mitigation and Adaptation		
2.1	Will the proposed Project result in significant ² greenhouse gas emissions or may exacerbate climate change?	no
2.2	Would the potential outcomes of the Project be sensitive or vulnerable to potential impacts of climate change?	no
2.3	Is the proposed Project likely to directly or indirectly increase social and environmental vulnerability to climate change now or in the future (also known as maladaptive practices)? <i>For example, changes to land use planning may encourage further development of floodplains, potentially increasing the population's vulnerability to climate change, specifically flooding</i>	no
Standard 3: Community Health, Safety and Working Conditions		
3.1	Would elements of Project construction, operation, or decommissioning pose potential safety risks to local communities?	no
3.2	Would the Project pose potential risks to community health and safety due to the transport, storage, and use and/or disposal of hazardous or dangerous materials (e.g. explosives, fuel and other chemicals during construction and operation)?	no
3.3	Does the Project involve large-scale infrastructure development (e.g. dams, roads, buildings)?	no
3.4	Would failure of structural elements of the Project pose risks to communities? (e.g. collapse of buildings or infrastructure)	no
3.5	Would the proposed Project be susceptible to or lead to increased vulnerability to earthquakes, subsidence, landslides, erosion, flooding or extreme climatic conditions?	no

² In regards to CO₂, 'significant emissions' corresponds generally to more than 25,000 tons per year (from both direct and indirect sources). [The Guidance Note on Climate Change Mitigation and Adaptation provides additional information on GHG emissions.]

3.6	Would the Project result in potential increased health risks (e.g. from water-borne or other vector-borne diseases or communicable infections such as HIV/AIDS)?	no
3.7	Does the Project pose potential risks and vulnerabilities related to occupational health and safety due to physical, chemical, biological, and radiological hazards during Project construction, operation, or decommissioning?	no
3.8	Does the Project involve support for employment or livelihoods that may fail to comply with national and international labor standards (i.e. principles and standards of ILO fundamental conventions)?	no
3.9	Does the Project engage security personnel that may pose a potential risk to health and safety of communities and/or individuals (e.g. due to a lack of adequate training or accountability)?	no
Standard 4: Cultural Heritage		
4.1	Will the proposed Project result in interventions that would potentially adversely impact sites, structures, or objects with historical, cultural, artistic, traditional or religious values or intangible forms of culture (e.g. knowledge, innovations, practices)? (Note: Projects intended to protect and conserve Cultural Heritage may also have inadvertent adverse impacts)	no
4.2	Does the Project propose utilizing tangible and/or intangible forms of cultural heritage for commercial or other purposes?	no
Standard 5: Displacement and Resettlement		
5.1	Would the Project potentially involve temporary or permanent and full or partial physical displacement?	no
5.2	Would the Project possibly result in economic displacement (e.g. loss of assets or access to resources due to land acquisition or access restrictions – even in the absence of physical relocation)?	no
5.3	Is there a risk that the Project would lead to forced evictions? ³	no
5.4	Would the proposed Project possibly affect land tenure arrangements and/or community based property rights/customary rights to land, territories and/or resources?	no
Standard 6: Indigenous Peoples		
6.1	Are indigenous peoples present in the Project area (including Project area of influence)?	no
6.2	Is it likely that the Project or portions of the Project will be located on lands and territories claimed by indigenous peoples?	no
6.3	Would the proposed Project potentially affect the human rights, lands, natural resources, territories, and traditional livelihoods of indigenous peoples (regardless of whether indigenous peoples possess the legal titles to such areas, whether the Project is located within or outside of the lands and territories inhabited by the affected peoples, or whether the indigenous peoples are recognized as indigenous peoples by the country in question)? <i>If the answer to the screening question 6.3 is "yes" the potential risk impacts are considered potentially severe and/or critical and the Project would be categorized as either Moderate or High Risk.</i>	no
6.4	Has there been an absence of culturally appropriate consultations carried out with the objective of achieving FPIC on matters that may affect the rights and interests, lands, resources, territories and traditional livelihoods of the indigenous peoples concerned?	no
6.5	Does the proposed Project involve the utilization and/or commercial development of natural resources on lands and territories claimed by indigenous peoples?	no
6.6	Is there a potential for forced eviction or the whole or partial physical or economic displacement of indigenous peoples, including through access restrictions to lands, territories, and resources?	no

³ Forced evictions include acts and/or omissions involving the coerced or involuntary displacement of individuals, groups, or communities from homes and/or lands and common property resources that were occupied or depended upon, thus eliminating the ability of an individual, group, or community to reside or work in a particular dwelling, residence, or location without the provision of, and access to, appropriate forms of legal or other protections.

6.7	Would the Project adversely affect the development priorities of indigenous peoples as defined by them?	no
6.8	Would the Project potentially affect the physical and cultural survival of indigenous peoples?	no
6.9	Would the Project potentially affect the Cultural Heritage of indigenous peoples, including through the commercialization or use of their traditional knowledge and practices?	no
Standard 7: Pollution Prevention and Resource Efficiency		
7.1	Would the Project potentially result in the release of pollutants to the environment due to routine or non-routine circumstances with the potential for adverse local, regional, and/or transboundary impacts?	no
7.2	Would the proposed Project potentially result in the generation of waste (both hazardous and non-hazardous)?	no
7.3	Will the proposed Project potentially involve the manufacture, trade, release, and/or use of hazardous chemicals and/or materials? Does the Project propose use of chemicals or materials subject to international bans or phase-outs? <i>For example, DDT, PCBs and other chemicals listed in international conventions such as the Stockholm Conventions on Persistent Organic Pollutants or the Montreal Protocol</i>	no
7.4	Will the proposed Project involve the application of pesticides that may have a negative effect on the environment or human health?	no
7.5	Does the Project include activities that require significant consumption of raw materials, energy, and/or water?	no